

Ref. Concorrência Eletrônica nº. 004/2025

**EGP – Empresa Global de Projetos e obras Ltda.**, com sede na Rodovia BR 050 – Km 245 – s/n – Distrito de Pires Belo – Catalão/GO, CEP 75.714-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 15.131.446/0001-22, vem, por meio do seu representante legal regularmente credenciados no certame em epígrafe, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que INABILITOU a empresa, pelas razões a seguir articuladas.

**1. Síntese do certame e das razões recursais**

Trata-se, como é cediço, de certame licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tendo por objeto o registro de MENOR PREÇO para execução de SERVIÇOS DE PROLONGAMENTOS DA RUA DA RESISTÊNCIA, SITUADA NO BAIRRO SÃO LUCAS, CATALÃO-GO.

Na sessão pública do pregão a recorrente foi considerada INABILITADA, sob o fundamento de que não apresentou os itens 8.5.2.1, 8.5.2.2 e 8.5.2.3 do Termo de Referência, em desacordo aos itens 10.10.1 (Capacidade Técnica Operacional) do Edital.

Ocorre que analisando-se a documentação apresentada pela empresa, foi sim apresentado os respectivos documentos (acervos técnicos), comprovando a qualificação técnico-profissional e operacional da empresa e seus respectivos profissionais.

**2. Razões provimento do recurso**

Não deve prevalecer a decisão impugnada que INABILITOU a empresa, porque, data máxima vênua, não deu cumprimento às cláusulas editalícias de regência e, sobretudo, aos princípios da igualdade, publicidade e razoabilidade..

**2.1. Da comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional da empresa**

Ao contrário daquilo que fundamentou a decisão que INABILITOU a empresa EGP, foi sim apresentado os respectivos documentos (acervos técnicos), comprovando a qualificação técnico-profissional e operacional da empresa e seus respectivos profissionais.

Traz inclusive com a presente a 72ª alteração do Contrato Social da empresa Estrutural, que comprova a titularidade dos atestados de capacidade técnica da EGP.

Nesses termos, resta evidente o cumprimento do edital em razão da apresentação e comprovação do atestado de capacidade técnica, o fato é que as circunstâncias acima narradas, observadas a partir da documentação apresentada pela própria Recorrente, evidencia o cumprimento das regras editalícias, de modo que sua INABILITAÇÃO dever ser revista.

### **3. Conclusões e pedidos**

Diante do exposto, conclui-se:

- (i) Há evidente cumprimento das exigências editalícias por parte da Recorrente, sobretudo porque apresentou atestados que confirmam sua condição e aptidão para execução dos serviços.
- (ii) A Recorrente apresentou todos os atestados, que foram transferidos da construtora Estrutural para a empresa Pavimenta e esta para a empresa EGP, conforme comprovado através da 72ª Alteração Contratual.
- (iii) A inabilitação da Recorrente, nesses termos, é absolutamente ilegal, porque incompatível com os itens editalícios e as normas legais de regência, em aplicação ao postulado da vinculação ao instrumento convocatório;

Nesses termos, a peticionária pugna pelo provimento do recurso, reformando-se a decisão que a julgou desclassificada do presente certame.

Catalão, 04 de junho de 2025.

**EGP – Empresa Global de Projetos e obras Ltda.**